

## O sentido do risco\*

Salvatore La Mendola

Tradução de Norberto Luiz Guarinello

A idade moderna inicia-se convencionalmente com a chegada à América, em uma época de descobertas territoriais e científicas<sup>1</sup>. A modernidade nasce, assim, sob o signo do risco: por uma representação de como possa ser a terra e pela disposição em alocar recursos e pôr em jogo a própria existência para demonstrar essa idéia. Um desafio aos limites da cultura daquele tempo. Falar sobre risco é, portanto, falar sobre um tema central da cultura da modernidade.

O risco é aqui entendido como uma *interpretação* do enfrentamento do perigo na persecução dos objetivos. Em particular, é essa interpretação que a cultura dominante na modernidade tem a pretensão de afirmar como universal. Em seus traços essenciais, essa idéia sustenta que o perigo deve ser enfrentado em nível individual, potencialmente por todas as pessoas, e que nenhuma dimensão extra-sensorial de tipo mágico-religioso estrutura o campo da ação. São os princípios do racionalismo individualista e utilitarista que devem guiar o agente que assume a responsabilidade pelo risco; nesses mesmos princípios se inspiraram os mecanismos sociais de premiação dos *melhores*, mecanismos fundados sobre a conexão competência-regras-sucesso. Em último lugar, mas não certamente em importância, essa perspectiva, exatamente por basear-se nos princípios do racionalismo, requer dos agentes sociais que limitem o espaço da dimensão corporal e evitem a emergência das emoções. O termo “risco” tende, ao contrário,

\*Este artigo foi publicado originalmente em 1999, sob o título “Il senso del rischio”, no livro organizado por Ilvo Diamanti, *La generazione invisibile* (Milano, Il Sole 24 Ore) (N. E.).

1. A viagem é um acontecimento central para o tema do risco, tanto que o próprio termo teve origem em ambiente náutico (cf. Luhmann, 1996). Por definição, representa, na narrativa, o lugar da experiência, típica da modernidade, mas também do classicismo ocidental: com relação a esse ponto, ver Ulisses e Eneas ou, mais próxima de nós no tempo e sob outra roupagem,

a viagem de Dante. Por outro lado, não devemos esquecer que o termo viagem é utilizado por várias gírias para indicar a experiência produzida pelo uso de substâncias psicotrópicas.

em muitos contextos, a tornar-se sinônimo de perigo ou de situações de grande perigo. Fala-se, assim, de situações ou, ainda pior, de pessoas em risco para significar situações e pessoas para as quais se prevê, com grande probabilidade, a ocorrência de eventos negativos.

Fala-se da mesma maneira, por exemplo, da sociedade atual como sendo uma sociedade do risco ou como uma sociedade cada vez mais arriscada. Essa perspectiva não parece, no entanto, adequada.

O deslizamento do significado do termo “risco” para seus possíveis resultados negativos oculta os pontos nodais da questão: como se Colombo quisesse naufragar ou como se um empresário, que funda sua própria identidade social no fato de assumir o risco do empreendimento, desejasse o fracasso de sua atuação econômica. É preciso, ao contrário, partir da idéia de que o perigo é uma condição imanente da vida individual e social, e que faz parte do conjunto de fatores que se interpõem entre as ações dos agentes e a tentativa de alcançar os resultados desejados explícita ou implicitamente.

Apenas a partir desses pressupostos, e analisando os vários contextos da convivência social, poderemos começar a compreender as razões daqueles que, por sua própria escolha, se colocam em situações de perigo e adotam comportamentos de risco ou de imponderabilidade (*azzardo*), e, igualmente, identificar algum indício que nos permita verificar o quanto, na realidade italiana, seja válida a interpretação do perigo em termos de risco.

#### *O risco como ato de assumir uma responsabilidade*

A dimensão do risco encontrou nos meios de comunicação de massa um grande veículo de produção e ênfase. Para limitarmos-nos aos produtos italianos mais recentes, basta pensar nas transmissões televisivas como *Ultimo minuto* ou *Survival*, ou em revistas como *No limits*: sempre “experiências” feitas por interposta pessoa que, como afirma Goffman, é “um instrumento para massagear nossa moralidade” (1971, p. 303), ou seja, para afirmar ou reafirmar o valor de quem enfrenta o perigo por sua própria vontade mantendo sua honradez. Típico, nesse sentido, é todo o gênero do *western* cinematográfico, que foi um repertório de grande sucesso dos modelos de honra e de enfrentamento do perigo. Ainda mais determinantes, entre os “eventos midiáticos” (Dayan e Katz, 1993), são os momentos televisivos que interrompem nossa vida cotidiana para reafirmar os vínculos sociais existentes ou para propor outros novos, por meio de seu poder transformador de tornar real aquilo que antes era apenas possível ou esperável – as

“competições”. Basta pensar, por exemplo, em quanta atenção recebeu a corrida espacial, a *conquista* da lua, e como esses acontecimentos foram determinantes para dar forma à cultura do mundo ocidental no pós-guerra.

É importante focar a atenção nos meios de comunicação de massa, na medida em que, na época contemporânea, são uma das principais áreas de elaboração dos sistemas cosmológicos, de construção da imagem do corpo, dos símbolos e das relações nas coletividades. É interessante observar, portanto, como os *mass media* apresentam comportamentos “perigosos” praticados pelos jovens, assumindo o papel de intérpretes do alarme da opinião pública e tornando-se os construtores dessa ansiedade coletiva. Descubra-se, assim, que alguns comportamentos são considerados paradigmáticos para a população juvenil, a ponto de transformar os protagonistas desses atos em jovens, mesmo quando não o são<sup>2</sup>.

Consideremos o caso dos acidentes automobilísticos. Com o título de “Scontro frontale, morti due giovani” (“Colisão frontal, dois jovens mortos”), *Il Mattino di Padova* de 24 de outubro de 1998 trouxe um artigo que se inicia assim: “Um terrível estrondo na noite, e duas vidas jovens destruídas num relâmpago” (*apud* Ghedin, 1998, p. 39). No entanto, percorrendo o artigo, descobre-se que os dois “jovens” tinham 36 e 39 anos! No trecho, não se retoma o lugar-comum catastrofista e demonizador que tantas outras vezes se encontra nos jornais, mas exatamente por isso é interessante reencontrar o estereótipo de que esse comportamento é *tipicamente* juvenil, a ponto de transformar em jovens os protagonistas daquele trágico acontecimento<sup>3</sup>. Tal perspectiva é compartilhada pela opinião pública, que tende a interpretar o fato de colocar-se em situação de risco como fuga, como um sinal de irresponsabilidade, uma busca improdutiva de emoções fortes para esquecer as obrigações da vida cotidiana. É emblemático o caso de Alessandro Gozzi, um bolonhês que aceitou ser cobaia de uma nova fórmula para um anticoncepcional masculino:

Mas, sobretudo, creio que na vida, por vezes, é importante arriscar-se, para experimentar emoções. Daqui a dez anos, quando for a uma farmácia solicitar um anticoncepcional masculino, observarei sua confecção elegante e me lembrarei de quando o experimentava em mim. Isso também é uma emoção” (Manacorda, 1998, p. 287).

Emoção, portanto, para viver durante o experimento e para reviver também mais tarde, sentindo-se um pouco herói. Naqueles que se interessam pela sua experiência, mas não aceitam o convite para se oferecerem como

2. Um mecanismo complementar àquele relativo aos velhos, pelo qual, quando um indivíduo com mais de 65 anos de idade se mostra ativo, capaz de inovação, mantendo todas as características de uma pessoa autônoma, não é reconhecido como velho, mas pelo papel que cumpre: de ator, de presidente da República, de responsável por partidos, empresas etc. Fala-se de velhos apenas quando as pessoas se comportam como se espera de um ancião, quando apresentam características de dependência.

3. Na Itália, de resto, quando se introduziu a obrigatoriedade do uso de capacete para os veículos de duas rodas, essa providência foi reservada aos menores de idade: os maiores de idade são, obviamente, considerados isentos da possibilidade de se mostrarem irresponsáveis ou de quebrarem a cabeça.

voluntários, Alessandro percebe a falta de uma “forte motivação”, que ele próprio julga ter, pois afirma que, no fundo, se trata de uma responsabilidade também em relação à sua própria namorada, e, por último, questiona a ideologia masculina e o medo de impotência nela presente. Declara-se disponível para outros experimentos.

Para interpretar essas escolhas não podemos, contudo, pensar que estamos diante de uma pessoa que busca apenas emoções e que se arrisca sempre, sem se preocupar com as condições do risco, sofrendo a coerção da repetição como consequência de outras frustrações. Quando Elisa Manacorda, autora do artigo, pergunta a Alessandro se ele se disporia a fazer os experimentos em qualquer cidade, ele responde que não, que confia na realidade sanitária de Bolonha, pois há profissionais sérios. Deve-se concluir, ao que parece, que se trata de uma escolha de colocar-se em situação de risco, mas caracterizada por motivações que a interpretação oferecida pelo senso comum não contempla. Ainda que consideremos que se possa identificar nessas escolhas a vontade de ser protagonista, é difícil, de qualquer modo, lê-las como incapacidade de saber avaliar as próprias forças ou como fuga de uma vida monótona; e, ainda que as emoções sejam um dos elementos almejados, elas se inscrevem como um traço psicológico, o de assumir responsabilidades utilizando plenamente a própria capacidade de julgamento. Alessandro sugere que sem risco não existe o ato de assumir responsabilidade.

Decidir dar vida a uma série de ações arriscadas não implica necessariamente adotar comportamentos de fuga. Para entender esses fenômenos, é preciso elaborar uma interpretação tendo em mente um esquema de análise que busque perceber se a série de ações sob observação é majoritariamente caracterizada por uma precedente “saída de” si mesmo (que é, precisamente, o comportamento de fuga) ou de uma “entrada em” si mesmo, proposta pela série de ações sob observação, comportamento que, em outro lugar, denominamos “busca de” (cf. Castelli e La Mendola, 1996); todo novo si mesmo que se põe à prova é uma saída do precedente e, ao mesmo tempo, uma entrada no novo.

Alessandro Gozzi, quando nos afirma que enfrenta o risco da experimentação porque tem confiança no sistema sanitário de Bolonha, indica um aspecto particularmente importante, sobre o qual é bom que nos detenhamos. O arquiteto Renzo Piano afirma algo semelhante:

Sempre portei comigo, pelo fato de ser italiano, um amor agradecido pelas tradições, assim como um gosto instintivo pela exploração. Talvez seja essa uma carac-

terística européia, talvez especificamente italiana. É, certamente, a herança de uma cultura humanística que consente as mais temerárias evoluções: a rede de segurança de nosso passado está sempre sob nós (Garimberti, 1998, p. 39).

Gozzi e Piano falam daquilo que Giddens (1990) denomina “sistemas abstratos”, respectivamente “sistemas especializados” e “emblemas simbólicos”: o primeiro exprime confiança na competência do sistema sanitário de Bolonha, o segundo sente que possui, na cultura humanística, uma rede de segurança que lhe permite as “mais temerárias evoluções”. Ambos assinalam o fato de que, junto com a dimensão do perigo – sempre implícita nos comportamentos arriscados, como obstáculo que se interpõe à consecução dos fins –, é preciso examinar as dimensões que conferem o sentimento de segurança. Trata-se do conjunto de fatores que caracterizam a experiência do risco, enfatizando em maior ou menor medida o sentimento do perigo e o medo a ele associado, ajudando a decidir adotar, ou não, aquela série de ações e participando na determinação do resultado das séries de ações. Tentemos ampliar a questão. Segundo a última pesquisa Iard<sup>4</sup> (cf. Buzzi, 1997a), há uma adesão maior à cultura do risco por parte dos jovens que possuem um *background* cultural mais elevado<sup>5</sup>: pertencer às camadas privilegiadas torna-os permeáveis à idéia de que, para ser bem-sucedido na vida, é mais necessário saber arriscar do que ser prudente. Ter esse tipo de *background* significa sentir que se possui um sistema de proteção mais sólido, de certo modo análogo àquele identificado por Piano na cultura humanística. Ou seja, significa sentir uma confiança generalizada, derivada da própria condição social, que facilita a constituição de um perfil de personalidade que se dispõe ao risco em várias dimensões. Em segundo lugar, é plausível que, nos modelos de socialização das classes sociais superiores, haja maior legitimação do comportamento de risco do que nas outras posições sociais. Esses dois aspectos da segurança devem ser fortemente levados em conta, tanto pelos que consideram o risco como ato necessário de assumir responsabilidade, como por aqueles que expressam preocupação pelas formas de autodestruição e heterodestruição presentes nos comportamentos de risco dos jovens.

Trata-se, então, de compreender quais são as estratégias para reduzir os fatores de perigo e aumentar os de segurança. Desse ponto de vista, todo o discurso das garantias sociais e das formas institucionais organizadas na modernidade para responder a essa necessidade, ou seja, a questão do *welfare state* e de suas transformações, assume um papel central. A grande ênfase

4. Instituto italiano de pesquisa na área sociológica, sem fins lucrativos (N.E.).

5. A mesma pesquisa revela que um elevado *background* cultural favorece também um contato maior com o mundo das substâncias psicotrópicas (cf. Buzzi, 1997b).

6. Nos debates recentes, esse vínculo entre segurança e propensão ao risco não é levado em consideração, e a questão da segurança é analisada somente do ponto de vista da ordem pública, em particular da microcriminalidade, percebida como um produto da desordem causada pela presença de imigrantes e de outros estrangeiros. Esse fato nos mostra como o tema do risco está estreitamente ligado à dimensão da moral, como sugerido em Douglas (1979).

7. Informações extraídas de Saporì (1998).

8. Para um aprofundamento nesse tema, ver Bianco (1996).

9. A irracionalidade burocrática “tende a traçar divisões completamente arbitrárias entre os que ‘passam’ e os que são ‘reprovados’ [...] freqüentemente com base em diferenças microscópicas nos resultados obtidos” (Gouldner, 1970, pp. 568-569).

com que se vem afirmando a necessidade de aumentar a flexibilidade do trabalho, bem como de “inventar-se” um trabalho, deve também defrontar-se com essas observações. Trata-se, em realidade, de encontrar uma forma de legitimar a importância do arriscar-se, sabendo, contudo, que essa disposição, bem como o resultado dos comportamentos, em termos de sucesso ou fracasso, depende igualmente das “redes de proteção” que se estendem sob quem aceita o risco<sup>6</sup>. É possível, certamente, obrigar os acrobatas do circo a saltar sem a rede protetora, mas os eventuais resultados negativos são altamente destrutivos.

Podemos também acrescentar que a presença de tais redes é particularmente importante nas fases da vida nas quais se forma a identidade. Mas isso levanta o problema das modalidades pelas quais essas redes são estruturadas. Bourguignon (1983), por exemplo, observa que estruturar dinâmicas de tipo permissivo para os comportamentos independentes praticados pelas crianças é diferente de exercer pressões positivas para que se afirme neles um sentimento de independência. Na Itália, certa cultura de valorização da família, que se enraíza na tradição católica e que produziu respostas específicas na ação política, parece encaminhar-se mais em direção à primeira modalidade do que à segunda.

*Sobre os riscos de adquirir um status e ganhar, eventualmente, a própria vida*

Sabrina Ferilli fracassa no exame para ser admitida no curso experimental de cinema<sup>7</sup>. Giuseppe de Santis, diretor do Centro, mesmo sendo concidadão e conhecendo pessoalmente Ferilli, não a ajuda a passar na seleção para ser admitida no curso. Tal relação – esse “capital social”<sup>8</sup> de Sabrina – não assume, no caso, as características de uma relação de tipo privado, no sentido de que De Santis não utiliza seu próprio poder para *ajustar* os resultados.

Encontramo-nos diante de um primeiro problema: o fracasso no exame de admissão ao curso de interpretação de uma pessoa que terá o sucesso de Sabrina Ferilli indica-nos o caráter aleatório do exame, deste e de tantos outros. Um caráter aleatório com importantes conseqüências, tendo em vista que, se a carreira de Ferilli tivesse dependido daquele exame – como é o caso de muitos que não possuem redes sociais de proteção e promoção social –, o mundo dos espetáculos não conheceria essa atriz que muitos apreciam. Conseqüências ainda mais graves derivam do sentimento de “irracionalidade” – para empregar a expressão de Gouldner (1970)<sup>9</sup> – que emana dessa incapacidade demonstrada pela sociedade: a de não saber

preparar exames que tenham a capacidade de prever e de identificar quem tem a possibilidade de ser bem-sucedido, e mesmo, como no caso de Ferilli, de modo muito bem apreciado<sup>10</sup>. Sabrina Ferilli, assim, arriscou-se contra as regras do jogo, a despeito dos resultados obtidos segundo os preceitos socialmente definidos. E o fez graças à reputação que, presumivelmente, lhe forneceu De Santis, graças às informações que ele lhe transmitiu, graças à confiança que lhe infundiu, por meio de um “efeito Pigmalião” (Rosenthal e Jacobson, 1997), importantíssimo mas, infelizmente, de modo geral, minimizado e desvalorizado. Tornou-se vencedora contra as regras, na medida em que, com seu próprio *fascínio*, superou e destruiu os vínculos burocráticos. “Fascinação”, palavra difícil de manejar.

No caso específico de Sabrina Ferilli, podemos falar de um capital comunicativo e ritual que conseguiu se desenvolver graças ao fato de terem sido reconhecidos os sinais – as características físicas e, além disso, comunicativas – aos quais nosso sistema simbólico atribui um valor de distinção. Fascinação lembra esconjuro – e, de modo mais geral, a questão da magia –, uma elaboração cultural que atua entre o racional e o irracional, entre o encanto e o desencanto, organizada, como sugere De Martino (1996), para enfrentar a incerteza com procedimentos racionais que se revelam impraticáveis.

Estamos, assim, bem distantes da idéia de que, na sociedade contemporânea, o modelo de persecução dos fins seria elaborado exclusivamente em termos de risco, ou seja, segundo as interpretações que enfatizam unicamente a incidência do fator humano de acordo com os princípios do racionalismo, superando as cosmogonias que fazem intervir a dimensão mágico-religiosa na vida social.

Certamente, não estamos propondo que Sabrina Ferilli não mereça o sucesso que faz, nem que não tenha trabalhado duramente para exercitar suas próprias capacidades. O que nos interessa ressaltar é que seu sucesso não ocorreu por meio de regras legitimadas, explicitamente reconhecidas e indicadas como critérios *racionais* de seleção dos melhores, mas por meio de outros mecanismos de reconhecimento social. Não há aqui nenhuma novidade, tendo em vista que já Max Weber havia observado explicitamente que a tarefa dos mecanismos de seleção da burocracia não é privilegiar os “amadores dotados de talento”, mas apenas identificar aqueles que possuem uma competência mediana<sup>11</sup>. Se o cenário descrito é uma boa apresentação da realidade, então seria conveniente afirmar explicitamente não ser verdade que os melhores sempre vencerão. Só serão vencedores – e não é certo que o sejam – se temperarem suas próprias características com outras

10. Um problema que, apenas a título de exemplo, diz respeito aos testes realizados para fazer funcionar os números programados das Universidades.

11. Sobre o tema da periculosidade dos gênios, ver os trechos das entrevistas com os recrutadores de pessoal em La Mendola (1995).

competências de tipo ritualístico – em particular de deferência –, sem as quais não obteriam nenhum lugar para si. Declarar tal fato reduziria certamente os efeitos perversos de uma sociedade que tem como um de seus emblemas a idéia da possibilidade de afirmação de todos os que se empenham e possuem essas características; quando, pelo contrário, o que cada um percebe nos próprios contextos de sua vida, *in primis* na escola, é que são comportamentos rituais, bem como os símbolos definidores de *status*, o capital cultural (cf. Bourdieu, 1978), os que produzem os vencedores. De resto, olhando para o conjunto do *star system* – como nota igualmente Gouldner (1970) –, podemos observar que o mecanismo premia de modo irritante algumas pessoas, remunerando-as por certo tempo de modo despropositado e expondo-as às massas como mitos, para, logo a seguir, precipitá-las no nada, sem nenhuma razão visível.

O caso de Sabrina Ferilli revela, assim, distintas formas de *irracionalidade* que levam à desconfiança em relação aos mecanismos sociais de distribuição do sucesso – em particular da pretensa relação entre arriscar-se e obter sucesso –, inserindo-se no circuito de produção da cultura dos que empreendem trajetórias de risco em termos ambíguos, aumentando a insegurança e facilitando, assim, os percursos mais destrutivos. Poder-se-ia dizer: “Mas o caso das estrelas é diferente do das pessoas *normais*”. Mesmo que o fosse, se não prestássemos atenção a esses casos, acabaríamos minimizando a influência simbólica que as dinâmicas relativas aos *vip* têm sobre o conjunto da cultura. De qualquer modo, ampliemos a observação para os outros percursos que estruturam a aquisição do *status* de adulto.

As pesquisas de Cobalti e Schizzerotto (1994) mostram que possuir um diploma escolar de nível mais elevado é recurso útil para encontrar um emprego melhor, mas que isso não elimina as desigualdades oriundas da origem social; ou seja, vale mais a pena “saber guiar a cegonha na escolha” da família adequada, do ambiente adequado para nascer, do que estudar, ainda que seja verdade que é melhor possuir um bom diploma do que não o ter. Nesse contexto, na vida cotidiana, todo jovem vê-se diante da questão de definir se faz ou não sentido investir num estudo que, pela forma como se apresenta dia após dia, certamente, não estimula as emoções, enquanto ao redor se observam pessoas que fazem sucesso mesmo sem ter estudado muito ou obtido um bom resultado escolar. Trata-se da inevitabilidade – da qual fala Hayek (1976) – de que pessoas com poucos méritos terão sucesso enquanto outras, merecedoras, fracassarão<sup>12</sup>. Pode-se dizer que a sociedade atual é certamente mais aberta do que foi no passado, sem que tal fato deter-

12. Hayek (1976) interroga-se também sobre o fato de que talvez fosse melhor induzir à crença na possibilidade de realização mediante o empenho próprio, mas tende para uma resposta negativa; a crença acaba constituindo um mecanismo para desencadear uma profecia auto-realizável, na medida em que nada é mais eficaz do que mobilizar as próprias energias para aumentar a possibilidade de os resultados esperados ocorrerem. Poderíamos talvez acrescentar que, em lugar de encontrar o caminho para o Oriente, se acaba *descobrimdo* um mundo novo.

minasse problemas relevantes nas gerações precedentes. A questão crucial está, essencialmente, na contradição da mensagem. De fato, é enorme a influência dos efeitos de desconfiança provocados quando se afirma que quem se empenha alcançará o sucesso, sendo que os fatos, em seguida, se encarregam de demonstrar que as promessas estão muito longe de serem reais. Por exemplo, as pesquisas que procuraram investigar a relação entre sucesso escolar e sucesso no mercado de trabalho – tanto em termos da obtenção de um emprego, como em termos de carreira – evidenciaram que não há nenhuma relação entre esses fatores. Basta observar os resultados da última pesquisa Istat<sup>13</sup>, apresentados na Figura 1, que ilustram a relação entre nota obtida na diplomação e tempo de espera por um emprego<sup>14</sup>. O cenário é desanimador e, infelizmente, análises mais sofisticadas do que as que podemos realizar com os dados do Istat, efetuadas com diplomados das universidades da Emília (cf. Santoro e Pisati, 1996), informam-nos que, mesmo levando em conta o gênero e os diferentes cursos universitários, esse tipo de relação subsiste. Ou seja, não se pode afirmar que esse resultado se vincule ao fato de a espera por um emprego ser mais longa para os formados na área de humanidades, que tradicionalmente se diplomam com notas maiores: mesmo que se observem, por exemplo, apenas os diplomados em engenharia – os mais requisitados pelo mercado –, tal relação continua a existir.

Mesmo análises mais qualitativas dos critérios empregados pelos recrutadores de pessoal, para identificar os recém-formados que devem ser empregados, vão na mesma direção e lançam uma luz sobre quais são os melhores recursos para tornar-se um vencedor na carreira. Basta mencionar alguns trechos de entrevistas com recrutadores para ter uma idéia do peso que o percurso escolar possui sobre o sucesso no mundo do trabalho:

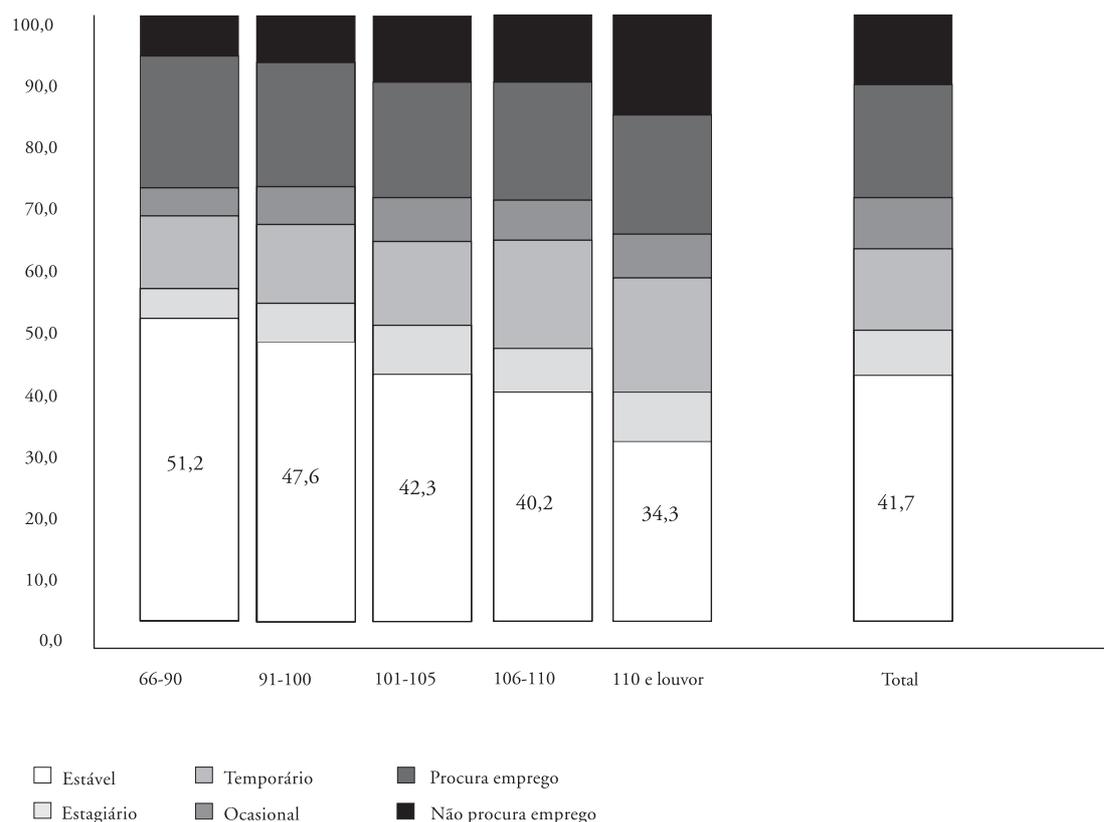
Realizei entrevistas com pessoas diplomadas com nota 110, com louvor, que jamais teria empregado, pois, de tanto estudarem, haviam se tornado rígidas e voltadas para si próprias. Desmistifiquei essa coisa [a nota], mas em seguida digo sempre “*studem*”, porque, de qualquer modo, uma boa nota sempre é... digamos que, no momento da pré-seleção, é essencial [...]. Começa-se com 110 com louvor e se vai descendo. No momento da entrevista, por fim, há grandes desilusões [...] a nota é um salvo-conduto [...]. [Alguém] com 110 e louvor é a primeira pessoa a ser convocada, mas depois, no momento da decisão... empreguei também diplomados com 96 ou 98 cujo desempenho é muito bom, empreguei diplomados com 110 cujo desempenho é também muito bom, mas não é [esse] o elemento que define a escolha (La Mendola, 1995, p. 209).

13. Istituto Nazionale di Statistica: instituto autônomo de pesquisa italiano que atua em interação com o mundo acadêmico e científico (N.E.).

14. Mesmo separando homens e mulheres, os que têm notas melhores não gozam de privilégios. Resultados análogos também são obtidos quando se desconsideram aqueles que não procuram emprego.

FIGURA 1

Situação no mercado de trabalho dos formados em 1992, três anos após a obtenção do diploma, com base em suas notas de formatura



[Também] para um químico a carreira quase nunca se apóia em valores técnicos; há alguns casos, umas poucas pessoas, que buscam o sucesso na carreira por meio de conhecimentos técnicos... em geral, é uma base, que deve ser temperada por uma série completamente distinta de valores – capacidade de gestão, de relacionamento, de análise de problemas, de gestão das pessoas... –, que consideram como um fator secundário e, no entanto, é a única coisa que realmente... é a única coisa que conta (*Idem*, p. 77).

O fato de se possuir um diploma significa para eles, inevitavelmente, “carreira”, “sucesso” [...], mas poucos compreendem que o diploma é uma base [...] um ins-

trumento de trabalho, que pode ser bem ou mal utilizado [e] não é certo que um diplomado esteja destinado ao sucesso ou à glória (*Idem*, p. 225).

Outro recrutador se expressa da seguinte maneira:

Devo dizer que observei grandes sucessos em termos de resultados profissionais e, conseqüentemente, de carreira, em pessoas que, se devesse defini-las, diria que são *street fighters*, “lutadores de rua”, ou mesmo pessoas que não se apresentaram a mim com as melhores avaliações universitárias porque, por um motivo ou outro, sobreviviam até mesmo com recursos econômicos bastante escassos, expondo-se a culturas, estilos, conhecimentos, valores culturais muito diferentes dos de seu lugar de origem. Diplomaram-se demonstrando, apesar de tudo, certa tenacidade na vontade de atingir um objetivo, mas conseguem complementar as competências de base – que, de resto, a própria empresa é capaz de desenvolver neles – e aperfeiçoá-las progressivamente com a experiência dentro da empresa (Casoli, 1996).

A *irracionalidade* da competição no mercado torna-se ainda mais evidente quando essas observações se dirigem às mulheres. A falta de relação entre sucesso na formação e sucesso no mercado e na carreira castiga-as de modo particular, na medida em que são as mulheres que detêm os melhores desempenhos no contexto escolar-universitário. O fato de isso contar pouco como recurso para que vençam na carreira acaba por prejudicá-las ainda mais. Além disso, os preconceitos, expressos em termos de *adequação* ou não às necessidades das empresas, prejudicam-nas também em termos de carreira (cf. La Mendola, 1997, pp. 47-66).

Os desafios propostos pela universidade, assim como, de resto, pela escola, são, portanto, totalmente inadequados para esse fim e de maneira inevitável acabam por encontrar pouquíssima legitimidade na cultura difundida entre os jovens. Além disso, basta ter assistido a um exame universitário para dar-se conta de que o cerimonial executado nos habituais vinte minutos de duração da prova tem um sentido *ritualístico*, no qual cada participante assume um papel, nada tendo a ver com uma prova verdadeira na qual se possa sentir – por parte dos participantes – que há algo de certa importância em jogo. Não estamos falando de severidade, que está claramente presente em alguns ambientes, por vezes beirando ao sadismo, mas sim de *sentido*. Ao mesmo tempo, na maioria dos casos, a didática não consegue transmitir um sentido derivado dos conteúdos propostos, nem a docência consegue expressar e provocar emoções naquilo que faz. Há, evi-

dentemente, exceções, mas essa é a “norma”, como testemunha, por exemplo, a linguagem cotidiana dos docentes, que falam de “carga” didática, sublinhando o escasso investimento emocional e o escasso reconhecimento atribuído a esse fazer, que constitui o momento essencial do contato entre gerações, fato ainda mais grave em se tratando de universitários, ou seja, aqueles a quem o sistema formativo-institucional atribui maior valor.

Estamos no centro do problema: o impulso de se expor, para exprimir as próprias características e potencialidades, defronta-se com mecanismos sociais que negam as promessas feitas. Determina-se, assim, um curto-circuito cultural e psicológico de desconfiança que não anula o impulso de mostrar-se, mas o direciona para percursos variados, e que, sob o efeito da própria mensagem ambivalente, acaba enfatizando mais os fatores de perigo que aqueles de segurança, favorecendo a emergência de comportamentos caracterizados pela destrutividade. A disposição por parte dos jovens para expor-se também é testemunhada pelas respostas à pergunta sobre qual tipo de trabalho eles prefeririam exercer, se autônomo ou como empregado. Em todos os levantamentos Iard, os entrevistados (Tabela 1) expressam sua preferência pelo trabalho autônomo, em percentuais semelhantes àqueles registrados para o conjunto da população (Tabela 2), o que testemunha que o tema deste artigo não é um apanágio exclusivo da população juvenil, mas uma questão de maior abrangência.

As motivações para tais preferências não é algo imediatamente compreensível. O trabalho autônomo pode ser uma expressão de criatividade e de investimento no futuro e, ao mesmo tempo, uma manifestação da expectativa de rendimentos elevados e da implícita demanda de autonomia, mas parece importante sublinhar que exprime também a demanda de poder identificar as próprias responsabilidades nos resultados obtidos. De fato, nas organizações, sobretudo naquelas de grande porte, é muito difícil averiguar as responsabilidades, na medida em que elas se estruturam mais por mecanismos de atribuição de culpa, quando algo sai errado, do que pelo reconhecimento dos méritos, quando um resultado positivo é obtido: estão substancialmente à procura de *bodes expiatórios* que respondam pelos fracassos. Com efeito, na longa cadeia de sujeitos e relações que intervêm nas diversas atividades, internas e externas à organização, é difícil identificar quem é efetivamente um sujeito detentor de méritos. A questão da culpa, assim como, obviamente, a dos méritos, é encarada e *resolvida* por meio de formas rituais e de “pertencimento a” ou de “aliança com” coalizões internas das organizações.

TABELA 1

*Jovens que, nas diferentes pesquisas, declaram preferir um trabalho autônomo*

1983	1987	1992	1996
59	57	62	56

Fonte: Buzzi, Cavalli e De Lillo, 1997, p. 413.

TABELA 2

*Parcela da população que declara preferir um trabalho autônomo*

1985	1997
62	60

Fonte: *Social Trends*, 1998, p. 20.

### *Algumas experiências de limites*

Os meios de comunicação de massa estão cheios de notícias que se referem a riscos sobre os quais ninguém pretende identificar a dimensão da responsabilidade. Práticas como atravessar os semáforos em alta velocidade quando estão vermelhos, com automóveis ou outros veículos, ou o *surfing* sobre trens, ou, ainda, atirar pedras em carros ou trens em movimento são fatos caracterizados como tendências autodestrutivas ou heterodestrutivas, que alarmam a opinião pública. Ou ainda os levantamentos que assinalam que os mais jovens são os mais refratários à utilização das formas de proteção contra a aids, revelando-se, assim, como os mais expostos a contrair a doença.

Em pesquisa realizada entre jovens residentes na província de Veneza, 38% dos entrevistados declararam ter cometido atos comportamentais caracterizados por “certo grau de risco ou perigo”: essa declaração é majoritária entre os jovens de sexo masculino (52%), enquanto apenas um quarto (24%) das jovens entrevistadas responde dessa maneira (cf. Castelli e La Mendola, 1996). Provavelmente, ao menos em parte, essa diferença seja fruto de uma legitimação distinta do risco, presente em menor grau nos modelos de socialização das filhas do que nos dos filhos. Na pesquisa mencionada, há outro interessante indício de distinção de gênero com relação aos ambientes escolhidos como “palcos” para a prática de comportamentos arriscados: enquanto a maioria das mulheres (51%) que declararam ter cometido atos arriscados escolhe pôr-se à prova no ambiente, natural ou não, a ampla maioria dos homens (61%) escolhe situações nas quais a tecnologia está presente.

Nos vários comportamentos de risco, parece ser possível identificar uma demanda implícita por responsabilidade, mesmo naqueles aparentemente mais irresponsáveis. Essa demanda deve ser considerada de modo sério, o que significa, sem nenhuma tentativa de justificação, atribuir os ônus dos comportamentos destrutivos a quem os pratica, ou seja, transformar de implícito em explícito o ato de assumir responsabilidade. Ao mesmo tempo, no entanto, isso implica perceber a complexidade do desafio em jogo, dos fatores envolvidos nessas dinâmicas do risco. Esses fatores podem ser considerados “próximos”, isto é, ligados à interação face a face nos momentos em que ocorrem e associados às interações com as demais pessoas significativas – adultos ou jovens – com as quais esses protagonistas se defrontam; e como fatores “distantes”, como os sistemas simbólicos de atribuição de valor e os procedimentos sociais de atribuição de sucesso. Significa não requerer responsabilidade apenas quando aquele que detém o controle dos recursos para a construção da economia existencial considera isso adequado. Nada disso exclui (ao contrário, deve prevê-la explicitamente) a elaboração de sistemas de proteção que ofereçam iguais oportunidades para assumir responsabilidade e, ao mesmo tempo, reduzam a inserção de mecanismos perversos de autodestruição no esquema acional e psicológico dos protagonistas, como efeito de imperativos educacionais ambivalentes. Estamos diante de uma demanda por assumir responsabilidade, pela aquisição de poder (*empowerment*), que, inevitavelmente, como qualquer afirmação da liberdade, comporta perigos.

15. Sobre o tema, ver Terragni (1997).

É emblemático o caso da violência contra as mulheres<sup>15</sup>. Como não pensar que o aumento da violência sexual seja também uma das conseqüências do aumento da liberdade da população feminina? Sobre o conjunto do fenômeno, devemos examinar, antes de tudo, a afirmação de uma cultura da autonomia. Um aumento da auto-estima redefine o próprio conceito de violência, favorecendo a inclusão, em tal definição, de tipos de relação que, no passado, outras gerações de mulheres não teriam reconhecido explicitamente como tais, ou que não dariam lugar a denúncias, levando essas mulheres a sofrer em silêncio. Trata-se da aquisição da concepção de sacralidade do próprio corpo e, portanto, da própria pessoa, numa demanda por autodeterminação que se expressa particularmente no uso e na gestão do tempo e em termos de autonomia, na presença no território, nos espaços sociais, e se verifica a partir dos aspectos estruturais mais ligados, por exemplo, à posse de um rendimento próprio, traduzindo-se em uma menor disposição para aceitar relações violentas, sobretudo no âmbito das relações pessoais e familiares. Um fato que, por exemplo, não apenas expõe as mu-

lheres à violência no plano sexual, mas chega a pôr em risco sua própria vida. Com frequência crescente verificam-se homicídios nos quais elas são vítimas de seus ex-maridos ou noivos: a autonomia demonstrada pela decisão de não aceitar a continuação de relações conjugais insatisfatórias acaba sendo punida, ao sofrerem a violência de homens deslocados por mulheres que aceitam correr esses perigos ao perseguir a construção de uma subjetividade própria e autônoma. Mesmo o aumento das práticas de sedução, intrinsecamente arriscadas, em particular nos ambientes menos submetidos às regras do controle social, como, por exemplo, nas discotecas, mostram essa demanda de poder e autodeterminação: trata-se de encontros que podem resultar em um flerte ou em relações mais duradouras, mas que expõem as mulheres a possíveis atos de violência por parte de homens desorientados ou pouco dispostos a experimentar relações *no limite*, sob novas definições das normas de respeito e de boa conduta, novas formas de vínculos sociais entre os gêneros. Tais perigos, contudo, não são obviamente suficientes para que essas mulheres, jovens ou não, renunciem à tentativa, pragmática, de construir suas próprias identidades autônomas. Trata-se de uma presença no tempo e no espaço que inevitavelmente comporta perigos e, portanto, o ato de assumir riscos, mas que gera a possibilidade de afirmação como pessoa. É importante ressaltar que esse comportamento não deve ser lido como irresponsável, sobretudo porque emerge de várias fontes o fato de que as mesmas mulheres põem em ação diferentes estratégias para reduzir o perigo e aumentar a segurança.

As tentativas de afirmação de um eu próprio livre e responsável atravessam percursos que, por definição, comportam um aumento do nível de perigo. É igualmente verdade que, por vezes, tal processo se inscreve em procedimentos de tipo autodestrutivo. Mas o perigo está estruturalmente presente em muitas práticas totalmente legítimas do ponto de vista social. A atividade esportiva é um dos grandes ritos pelo qual nossa sociedade assinala a importância de respeitar as regras, indicando, ao mesmo tempo, o vínculo entre empenho-competência e resultados bem-sucedidos. É uma atividade reconhecida como o lugar da saúde física e moral, e por isso, por exemplo, frequentemente indicada como remédio e alternativa à dependência química. As pesquisas (Tabela 3), no entanto, mostram que as atividades esportivas são precisamente uma das atividades que mais produzem acidentes: nada menos que dezesseis jovens em cada cem<sup>16</sup> sofreram acidentes graves nos três anos anteriores à entrevista, aos quais poderíamos acrescentar os 2% que sofreram acidentes em montanhas. Ninguém pensaria em

16. Tenha-se em mente que esse percentual diz respeito a todos os jovens, mesmo aqueles que não praticam esportes.

17. Recorde-se que, dentre os “eventos midiáticos”, as Olimpíadas são o exemplo emblemático da “competição”.

dizer, contudo, que o esporte faz mal à saúde e, assim, em vetar esse tipo de risco, na medida em que, a partir do nascimento do “espírito” olímpico<sup>17</sup>, a modernidade confere ao esporte a função de socializar as novas gerações pelo vínculo competência-regras-sucesso.

Esses dados sobre o esporte levantam em primeiro lugar a questão de a que riscos é atribuído valor pela “cultura central” de nossa sociedade e, de maneira mais geral, quem possui o poder de decidir quais riscos são passíveis de serem corridos legitimamente. O tema do esporte relembra-nos, de maneira similar, uma dimensão simbólica de maior alcance, que é importante mencionar.

TABELA 3

*Acidentes extradomésticos graves ou moderadamente graves nos três anos anteriores à entrevista*

NA ESCOLA	NO TRABALHO	EM ESPAÇOS ABERTOS	A PÉ	DE CARRO	DE BICICLETA	DE MOTO	NA MONTANHA	NO ESPORTE
3,3	7,0	3,6	3,9	5,4	4,4	6,7	2,0	15,7

Fonte: Buzzi, 1994, p. 175.

18. Os trabalhos de Mary Douglas, em particular *Purezza e pericolo* (1993) são referências para o aprofundamento dessa observação.

19. Nome adotado para definir a equipe de futebol que representa o programa.

20. E não apenas no mundo esportivo, já que se observa também com certa frequência no ambiente político, desde o episódio mais recente ocorrido durante o juramento do governo D’Alema, até aquele de

Pensem num programa de televisão como *Quelli che... il calcio*, que teve o mérito, como poucos outros, de desdramatizar a seriedade do futebol italiano. Pois bem, nesse programa de grande sucesso, construído, ao menos como pretexto, em torno do tema do futebol – que, por definição, deveria celebrar o nexos competência-regras-sucesso (um fator fundador da cultura “moderna” do risco) –, proliferam símbolos e comportamentos muito próximos a outras cosmogonias, aquelas que de modo apressado denominamos “tradicionais”<sup>18</sup>. No programa, por meio do código da ironia, assiste-se a uma multiplicação de práticas de tipo apotropaico. É emblemática a competição entre Peter Van Wood, que prognostica os resultados das partidas com base na astrologia, e Van Goof<sup>19</sup>, uma coruja (*gufò*) que representa o azar. Basta observar os gestos de esconjuro com que reagem os torcedores dos times diante de prognósticos favoráveis, ou mesmo as acusações de trazer azar feitas contra vários personagens, em particular religiosos (verdadeiros ou falsos). De resto, no mundo esportivo, esse tipo de prática é largamente recorrente<sup>20</sup>: veja-se quantos esportistas efetuam gestos rituais antes e após as partidas, ou mesmo o treinador da seleção italiana, Cesare Maldini, que durante o cam-

peonato mundial de futebol na França (1998) se virava para não olhar a marca de pênalti e evitava atrair o mau-olhado, com um comportamento de tipo apotropaico. Assim, em um contexto que deveria ser de celebração do nexo competência-regras-sucesso aparecem furtivamente modelos de gestão das incertezas relacionados com cosmogonias de tipo mágico-religioso. Por um lado, isso pode ser lido como o fracasso dos sistemas de explicação racional – a queda da “presença” de que fala De Martino (1996) –, mas, por outro, pode ser interpretado como um sinal da incapacidade de o sistema de explicação racional compreender a dimensão emocional dos agentes envolvidos nas séries arriscadas de ação. Na falta de esquemas interpretativos que envolvam a dimensão emocional na explicação racional, os sujeitos voltam-se para os únicos sistemas simbólicos disponíveis, ainda que socialmente considerados atrasados e carregados de descrédito.

De modo mais geral, essa mesma perspectiva induz-nos a perguntar como os jogos de azar podem ter tanto sucesso – e não apenas na Itália. Em suas diferentes formas<sup>21</sup>, os jogos de azar caracterizam-se pelo fato de o jogador desafiar a sorte contra as probabilidades racionais de vencer. Há jogos de azar nos quais ainda subsiste algum tipo de competência; em outros, ao contrário, como nas loterias, tudo é confiado ao acaso, ou seja, a um modo de atribuir o sucesso que deveria ser estranho ao sistema simbólico celebrado pelas premissas da modernidade. Seria simplista liquidar a questão aplicando-lhe a etiqueta de *irracionalidade*, assim como não podemos posicionar todos os que praticam jogos de azar na categoria de “jogadores patológicos”, que aumentam os riscos reais para sua vida, em vez de aprender modalidades de enfrentamento de riscos em formas socialmente controladas (cf. Sarchielli e Dallago, 1996, p. 173). Com efeito, quem se relaciona eventualmente com o acaso por meio do jogo de azar é diferente daquele que “abusa” de tais experiências, tornando-se dependente desse tipo de desafio. De resto, mesmo nos jogos de azar pode-se, em todo caso, reconhecer a “celebração da autodeterminação” de que fala Goffman (1971): o jogador encontra-se em uma situação na qual não possui, por si mesmo, senão poucas probabilidades de obter o resultado desejado. Desse modo, demonstra, para si e para suas referências sociais, que possui caráter, que não se detém diante de situações de perigo, que sabe assumir suas próprias responsabilidades. Deve ser dito, além disso, que, se nos jogos de azar é demonstrável em termos matemáticos que as probabilidades racionais são contrárias ao jogador, nos contextos de risco práticos é difícil estabelecer quais são as probabilidades racionais; dispomos, com efeito, apenas de uma racionalidade *fraca* ou de tipo *processual* e é fácil con-

Ciampi no Parlamento e os “velhos” gestos do presidente Leone.

21. Seria interessante refletir sobre os efeitos degenerativos induzidos pela transformação dos programas de perguntas e respostas na televisão. Sobre isso, ver Stella (1999).

22. A esse respeito, o antropólogo Clifford Geertz apresenta uma importante observação: “A concepção ocidental da pessoa como um mundo motivacional e cognitivo harmônico, único, mais ou menos integrado, como um centro dinâmico de consciência, emotividade, juízo e ação organizado num conjunto distinto e contraposto aos demais conjuntos semelhantes e ao seu entorno social e cultural é, por mais estranho que possa parecer, uma idéia um tanto peculiar no contexto das culturas mundiais” (Geertz, 1988, p. 76).

23. A referência é, obviamente, a obra de Max Weber; para um compêndio, ver Stella (1994, 1996).

24. No mundo católico, a falta de coerência é certamente mais tolerada, como demonstra, acima de tudo, o sacramento da confissão e, de modo mais geral, o reduzido grau de monoteísmo que deriva da veneração aos santos e da proliferação das diferentes faces da Virgem.

fundir como “jogo de azar” o que, na seqüência, será reconhecido como inovação. É bom, portanto, ter cautela ao considerar equivalentes, conceitualmente, a prática do risco e a dos jogos de azar: trata-se, antes, de analisar as razões do azar, sem liquidá-lo com falsos moralismos, mesmo aqueles de tipo racionalista.

Um tema central nesse contexto é o do consumo de álcool e tabaco, ou o uso de outras substâncias que modificam a percepção de si e/ou do mundo – tema sobre o qual, por sua delicadeza, complexidade e diferenciação interna, podemos apenas fazer breves referências neste artigo. O uso e o abuso dessas substâncias representam um dos aspectos de maior alarme para a opinião pública e para os governos, com diferentes ênfases segundo as circunstâncias, os períodos e as épocas históricas. É um assunto difícil de tratar, pois suscita alinhamentos em grande medida preconcebidos e preconceituosos, sendo um dos que mais consistentemente explicitam o vínculo que subsiste entre risco e moral. E é também um fenômeno social que apresenta sinais discordantes, tendo em vista o aumento da disposição à embriaguez e ao uso daquela que é comumente denominada de “droga leve” (Buzzi, 1997b) e a redução do consumo de tabaco que se registrou nos últimos anos (mesmo sendo uma redução que afeta menos os jovens do que outras faixas da população). Para interpretar o uso e o abuso de tais substâncias, seria necessário compreender esses comportamentos no contexto de uma ampla análise da cultura. A cultura ocidental, cujas raízes mergulham na tradição judaico-cristã, propõe, com efeito, a exigência da coerência pessoal<sup>22</sup>, uma exigência que pode facilmente ser atribuída à posição monoteísta dessas tradições. Por essas razões, as experiências de *transe*, tanto de tipo extático como dionisíaco, nas quais variadas formas de *vertigem* – como as define Caillois (1981) – são experimentadas, são vistas com suspeição e progressivamente marginalizadas. No âmbito do cristianismo, essa perspectiva teve seu momento supremo na afirmação do calvinismo, para o qual a busca de coerência devia ser um impulso válido para todos os crentes e não apenas para uma elite que a praticasse por uma via mística extramundana, fora da vida profana, em um mundo separado<sup>23</sup>. Dessa maneira, a via mística para a fé, que se abria para formas de *transe*, para experiências do “totalmente outro” vividas por meio do corpo, foi proibida, mantendo certa dignidade apenas em âmbito católico, embora mesmo nesse ambiente tenha sido progressivamente marginalizada<sup>24</sup>.

A interpretação leiga e racionalista move-se na mesma direção. O processo da civilização ocidental tem como núcleo central o controle da agressividade e das emoções em geral, pelos efeitos de imprevisibilidade e, por-

tanto, de desconfiança que induzem nas relações sociais. As emoções podem ser expressas apenas em ambientes definidos, em sua maioria circunscritos a ocasiões privadas dos bastidores sociais ou a lugares socialmente organizados para sua manifestação em formas atenuadas. Elias e Dunning (1986) mostram-nos as características de alguns desses lugares de *lazer* e, junto com a atenção para o mundo esportivo, assinalam contextos que chamam de “comunidades de *lazer*”. Trata-se de enclaves temporais nos quais se manifestam uma afetividade mais intensa e relativamente espontânea e uma emotividade amigável nas intenções, diferente, de modo notável, daquela considerada normal nos contatos profissionais e na vida rotineira em geral. Os dois autores lembram-nos que o *carburante* dessas reuniões é, normalmente, o consumo de álcool<sup>25</sup>. Um meio que serve para facilitar o ato de assumir um si-mesmo adequado à situação, ajudando a romper a rigidez do controle das próprias emoções, com o qual nos habituamos na rotina cotidiana; e que serve para facilitar o contato com os outros, ter um espírito comum. Essa é uma característica comum a muitas outras substâncias, ainda que não a todas, e em particular àquelas que se difundem cada vez mais entre os jovens, como o *ecstasy*, reconhecido como “entactógeno”, ou seja, que “favorece a percepção de si próprio como parte distinta de um grupo” (Bricolo, 1996, p. 158). Toda sociedade, toda cultura estabelece – e todas por motivos *razoáveis* – quais substâncias e quais quantidades constituem o abuso. Como dissemos, as demandas da cultura da modernidade, tanto em sua versão leiga como em sua variante religiosa, em particular aquela posterior à reforma protestante, visam a eliminar o espaço do corpo como via para a construção da identidade por meio da experiência das emoções. Ao mesmo tempo, contudo, os indivíduos, junto com o impulso à unidade e à coerência da pessoa, experimentam uma multiplicação dos circuitos sociais de pertencimento e de referência. Todos são solicitados a assumir papéis adequados aos diferentes contextos institucionais em que se inserem, os quais se multiplicam de modo significativo. Dessa maneira, o si-mesmo adotado nos locais de trabalho não pode ser igual ao adotado em família. A demanda por coerência da pessoa encontra-se, assim, diante de um impulso contraditório que por vezes pode ser vivenciado como dilacerante. Podemos, então, propor a hipótese de que a difusão do abuso de substâncias que modificam a percepção faça parte de um percurso de (re)afirmação da idéia de uma multiplicidade de si-mesmos: o abuso seria, portanto, um filho legítimo da modernidade, filho que induz a fugir do impulso à coerência que é próprio da época. Assim, acontece de a modernidade, reconhecida como

25. De resto, muitas dimensões rituais prevêem o uso de álcool para criar um espírito comum entre os participantes. Muitas festividades religiosas ou civis, públicas e privadas – como a recepção de um hóspede, uma cena romântica, ou ritos de transição ao longo da vida individual (aniversários, casamentos, uma festa de formatura, a obtenção de um emprego, a aposentadoria) ou coletiva (festas de fim de ano ou o batizado de um navio) –, prevêem um momento de compartilhamento no qual as bebidas alcoólicas ocupam um lugar central.

26. Nos últimos anos, esse tema conheceu desenvolvimentos notáveis; ver, pelo menos, Tart (1977); Lapassade (1976); Margnelli (1996); Zolla (1998).

27. Já havíamos feito menção ao fato no capítulo sobre risco no “Secondo Rapporto del Centro Nazionale di Documentazione ed Analisi sull’Infanzia e l’Adolescenza” (1997), ao qual, de bom grado, remetemos.

28. Esse impulso à afirmação da caracterização da identidade individual pode ser visto como uma vingança das *téchmai* originais contra a ação dos portadores de pulsão política, da centralidade da cidadania e da sociedade (cf. Gilli, 1988, 1994).

29. Em nossa civilização, toda vez que o corpo emerge, pedem-se desculpas – como após um arrotado – ou emprega-se um ritual propiciatório-apotropaico, como dizer “saúde” ou “Deus te crie” após um espirro. Manifestar sinais com o corpo, como coçar a cabeça, gesticular ou, por exemplo, mostrar a língua quando se executa uma tarefa obrigatória, é sinal de má educação, aceitável nas crianças

período de celebração de uma nova divindade, o ego, acabar sendo – paradoxalmente – também a fase histórica da dissolução da idéia de sua unidade. Com a redução do impulso à coerência pessoal, muitos se voltam para aquele conjunto de procedimentos que as tradições orientais codificaram em suas cosmogonias e disciplinas com o nome de “meditação”. Símbolos e técnicas que, na realidade, não são exclusivos daquelas culturas, e que, em algumas tradições ocidentais, com efeito, se encontram reduzidos a uma posição subalterna à cultura dominante, mas sem serem jamais completamente anulados.

O uso de substâncias assinalaria, assim, uma redução da disposição – ou uma impossibilidade – de enfrentar o desafio proposto pelas experiências possíveis de si mesmo (cf. Markus e Nurius, 1986), mediante o simples apelo à ação de um superego que possibilitasse à personalidade de cada um manter um todo coerente, ou pelo confinamento dessas experiências a contextos sociais institucionalmente controlados.

Trata-se, em particular, de uma dificuldade ligada à sistematização daquelas dimensões pessoais que não são reconhecíveis por meio da reflexão (racionalista) sobre si mesmas (cf. Selman, 1980) – daquele “parar para pensar” que a tradição humanística considera a via mestra da construção da identidade –, mas cognoscíveis apenas por meio da experimentação. Assim, tende a ser relegitimada a busca de experiências de (outros) estados da consciência, de *transe*, e ao mesmo tempo são incentivadas tentativas de outra elaboração conceitual e também performativa<sup>26</sup>.

Estaríamos, portanto, diante da multiplicação dos indícios de que a tentativa de excluir a dimensão emocional do horizonte da cultura, por sua periculosidade para a vida social, pela agressividade e pela falta de confiança que provoca, atingiu seu esgotamento. Resultado que não podemos considerar inesperado se prestarmos atenção ao grande impulso que a modernidade deu à afirmação do si-mesmo, do próprio potencial. Os modelos de socialização<sup>27</sup> contemporâneos que conferiram – ou, ao menos, declararam querer conferir – um espaço cada vez maior às características individuais moveram-se nessa direção<sup>28</sup>, incitando seus agentes e, em primeiro lugar, os pais, a respeitar a psicologia, as emoções e as inclinações dos mais jovens. O esgotamento do impulso para uma civilização fundada no controle das emoções e na redução do espaço do corpo<sup>29</sup> propõe, de forma renovada, a explosão de si-mesmos múltiplos e induz a procurar o caminho de saída de uma idéia e de um projeto pessoal que encontraram na modernidade sua máxima expressão.

Interpretar esse conjunto de fatos como a afirmação de impulsos de tipo ritualístico-narcisístico<sup>30</sup> resolve, certamente, uma parte da questão, mas concentra a própria análise exclusivamente nas respostas, e não nas demandas subentendidas, deixando-se, assim, ofuscar pela parte mais visível do fenômeno e perdendo a oportunidade de identificar respostas alternativas àquelas demandas por sentido que permanecem à mercê dos ofertantes mais *caducos* e, com frequência, mercantilizantes. Essa leitura, ao mesmo tempo, não permite perceber como há um impulso à experimentação dos limites subjetivos por trás desses comportamentos. É claro que o uso de substâncias que modificam a percepção de si e do mundo representa um atalho com maior ou menor grau de periculosidade, e que o perigo deve ser levado a sério. Mas levar a sério o perigo significa, ao menos para quem tem responsabilidades coletivas e educativas, não entrar em pânico nem dar espaço ao delírio da onipotência: quando se está em pânico, é difícil tornar-se um ponto de referência e fazer as escolhas adequadas; já o delírio da onipotência nos faz pensar que podemos enfrentar qualquer perigo e, assim, assumir uma lógica de jogo de azar que facilita os percursos destrutivos.

#### *Algumas diferenciações*

O tema do risco é, na verdade, uma questão eminentemente juvenil, mas apenas porque os jovens são os portadores mais sensíveis de uma síndrome que diz respeito a todos. Com seus comportamentos, muitas vezes de modo exasperado, eles iluminam os desafios que o mundo ocidental deve enfrentar nessa fase histórica.

O risco assume forma e relevância particulares para a fase juvenil, na medida em que representa a “primeira vez” (Fabbrini e Melucci, 1992) de um processo de construção, experimentação e afirmação da própria identidade. Processo cada vez mais fragmentado e ambíguo que, atualmente, se realiza por meio de um prolongamento da transição à vida adulta, no âmbito de uma dinâmica geral de desinstitucionalização do curso da vida. Não se pode, portanto, reduzir a dimensão do risco a uma questão de tipo psicopatológico, pois se trata de uma leitura reducionista, produzida por um difundido psicologismo que impede a justa avaliação dos fatores em jogo. Uma perspectiva que, em vez de levar a sério as dificuldades e as demandas dos protagonistas, finge encarregar-se do caráter problemático da situação veiculando, ao contrário, uma boa dose de moralismo acusatório. São assim construídos – ou, ao menos, enfatizados – alarmes de vários tipos para

que, no entanto, devem ser repreendidas para que aprendam as boas maneiras. Um livro já clássico sobre o tema é Galimberti (1993).

30. Como fez, por exemplo, Lasch (1981).

a opinião pública: a violência nas escolas ou nas festas, ou as *badernas* de sábado à noite. Graças à sua fácil divulgação e com a cumplicidade dos meios de comunicação de massa, sempre à procura de episódios que possam ser transformados em notícias sensacionalistas, esse “catastrofismo de slogan” encontra amplo espaço. Argumentos mais articulados, que visam à compreensão dos fenômenos, mesmo que não busquem justificá-los, encontram dificuldades para superar a barreira do silêncio<sup>31</sup>.

31. A esse respeito, ver Bourdieu (1978).

Trata-se de construir uma visão mais ampla, partindo do pressuposto de que os jovens, como diz Goffman, são “pessoas bem organizadas para a desorganização” (1967, p. 243). O fato de realizarem ações de tipo fatal é-lhes menos danoso e mais tolerável do que para os adultos, pois têm pouco a perder, na medida em que não estão ainda plenamente integrados aos vínculos das estruturas sociais. Nesse sentido, a utilização de pessoas, eles próprios ou os outros, como campos de *ação* – ou seja, receber e produzir injúrias, tanto físicas como verbais –, só pode ser considerado coerente com aquela condição. Trata-se de uma experimentação das normas sociais, das *regras* de respeito e de boa conduta; uma consequência do fato de não serem ainda obrigados a pôr em ação a suspensão da dúvida que é a condição típica requerida do adulto na época moderna<sup>32</sup>. A modernidade, com efeito, atribuiu-lhes, sob os espólios mentirosos do valor da responsabilidade, a demanda de suspender a dúvida de que a realidade possa ser diferente daquilo que é<sup>33</sup>. Ao mesmo tempo, no entanto, de modo igualmente evidente, tornou cada vez mais difícil a realização dessa suspensão da dúvida, minando – por meio da análise crítica – as certezas dos cada vez mais vastos territórios da cultura. Com efeito, está em jogo aqui outro impulso típico da modernidade: o da reflexividade que, como sugere Giddens (1990), é o desafio crucial da fase radical da modernidade<sup>34</sup>. Todo curso de ação e toda instituição, submetidos ao processo de legitimação, estão, por princípio, justificados. Os adultos são, assim, conclamados a agir “como se” fosse possível suspender a dúvida: uma situação decididamente ambivalente e causadora de ansiedade, em particular naqueles que devem assumir o papel de educadores. Podemos agora reconhecer nas ações dos jovens, em especial precisamente naquelas de tipo arriscado, a realização do imperativo de duvidar: por meio de seu agir, suspendem a suspensão da dúvida, realizam uma forma pragmática de reflexividade. Não estamos defendendo que tal agir vise sempre à construção consciente de uma personalidade reflexiva. São bem evidentes os trajetos de acúmulo de experiências sem sedimentação para manter o desejo de onipotência, mas é igualmente evidente que

32. Exceto por fazer reemergirem tais dúvidas “no meio do caminho de nossa vida”, nas assim chamadas crises da meia-idade ou naquelas provocadas por trauma, que põem em questão o mundo tal como tinha sido construído, dando vida até mesmo a trajetórias de conversão (cf. Berger e Luckmann, 1969).

33. A esse respeito, ver Jedlowski (1994).

34. Um desafio que, na modernidade radical, envolve praticamente todos, e não apenas a elite, os filósofos ou os artistas, como na fase áurea da modernidade.

esses trajetos são também o produto do impulso e da demanda para afirmarem-se como pessoas autônomas e dotadas de poder.

A carga de destrutividade, para si e para os outros, implicada nesses trajetos é, por um lado, o fator inevitável e constitutivo do risco – do enfrentamento do perigo –, e do ato conseqüente de assumir responsabilidades. Por outro, tal destrutividade é conseqüência direta da ambigüidade dos mecanismos sociais de regulamentação e de premiação dos melhores e da ambivalência dos valores fundadores dessa experiência e dos próprios mecanismos sociais de regulamentação. Ambigüidade e ambivalência que se configuram como fatores constitutivos da desconfiança. Explica-se, assim, por que a comunicação não verbal, as experiências do corpo, a dimensão das emoções representam o terreno privilegiado do risco. Com efeito, é por meio dessas dimensões, mediante a comunicação analógica, que cada um de nós experimenta os vínculos sociais, constrói o sentimento de confiança. No entanto, precisamos produzir contextualizações precisas entre áreas culturais e âmbitos sociais, na medida em que comportamentos análogos de risco respondem a razões e assumem significados distintos em contextos diferentes.

Tendo presente, em primeiro lugar, que em todos os contextos sociais a juventude é a (primeira) fase de experimentação das normas, dos rituais de respeito e de boa conduta – uma fase de fronteira que se alargou, transformando-se numa condição real e verdadeira, com as características de *zona de interdição* –, devem reconhecer-se as diferenças existentes entre segmentos sociais. De modo algo sumário, poderíamos propor uma distinção em três grupos.

“Os ainda não incluídos” são aqueles para os quais as práticas de risco da juventude têm, em geral, um caráter de *treinamento predatório*<sup>35</sup> para as posições de poder que virão a ocupar quando forem adultos. Trata-se do modelo típico de transição para a idade adulta da burguesia na época áurea da modernidade. A adolescência como fase da vida na qual se admite a incoerência, na qual o princípio predatório vale como modelo de treinamento do macho burguês; dinâmica bem visível, por exemplo, nas confrarias universitárias, que não por acaso têm as mulheres como principal campo de *ação*. Para esse grupo social, são válidos os princípios típicos do liberalismo, segundo os quais, na vida social, é preciso possuir as condições para expressar o próprio potencial. Mas, nessa representação ideológica, é devidamente ocultado que na base de tais regras existem vantagens atributivas bem precisas. É válida, igualmente, a imagem de “zona de penum-

35. São atribuíveis a esse grupo as diferentes formas de vandalismo que, periodicamente, os filhos da “boa burguesia” cometem, como, por exemplo, no recente episódio de Milão, em diversas ocasiões trazido às manchetes da crônica pelo cantor e compositor Roberto Vecchioni, em virtude do que ocorreu em sua casa.

36. Basta citar como exemplo a biografia de Giovanni Agnelli.

bra” como metáfora da transição para a vida adulta. Nessa representação, após a fase impregnada de cultura *bohémienne*, instaura-se a “zona de penumbra”, para além da qual está a idéia do adulto entendido como sujeito responsável: o comandante do navio. A zona de penumbra transmite a imagem de uma transição única e definitiva, de um percurso de vida estruturado por passagens não reversíveis. Representa uma ruptura semelhante à praticada pelos ritos de transição de algumas tradições, que marcavam a passagem com sinais violentos. Uma representação, precisamente, de uma fase de experimentação e de despreocupação vivida pelo jovem, à espera de ocupar o lugar seguro e de responsabilidade que sua própria origem social lhe garante<sup>36</sup>. Como não reconhecer que essa representação – que não é senão uma aspiração de que a transição se realize – é válida apenas para as elites, apenas para aqueles que se tornarão efetivamente comandantes, que ocuparão posições supra-ordinárias? Aos demais, resta apenas o papel de serem heterodeterminados, de serem a tripulação do navio. Trata-se, assim, de uma metáfora completamente equivocada para os outros grupos sociais.

“Aqueles nas fronteiras” são os jovens que demonstram expectativas de mobilidade social, os que vivem uma socialização antecipatória do que ambicionam, arriscando-se em várias frentes, até mesmo mimetizando os comportamentos típicos das elites. Foi para essa área social, em particular, que se dirigiu a maioria das reflexões desenvolvidas neste artigo. São os jovens que sentem com mais força o efeito de desilusão das promessas e sobre os quais pesam majoritariamente as ambigüidades e as ambivalências dos mecanismos sociais de premiação, provocando assim uma queda na confiança e uma ênfase nas dinâmicas auto e heterodestrutivas. Nos sistemas ocidentais da modernidade radical, em conseqüência dos processos de generalização dos direitos de cidadania, sob o influxo de demandas e batalhas por democratização e inclusão social conduzidas pelos movimentos operários e do mundo do trabalho, essa é uma área social cada vez mais ampla – os filhos da pequena burguesia e da maioria da classe operária estabilizada. Um processo, até o momento, útil para a inovação dos sistemas capitalistas, tanto pelo viés da produção como pelo do consumo. A época de contestação do final dos anos de 1960 pode, nesse quadro, ser vista como o primeiro período no qual se experimentou a ampliação da zona de fronteira. Ao mesmo tempo, naqueles anos verificou-se a convergência entre uma parte “daqueles na fronteira” e “daqueles ainda não incluídos”, os quais, levantando dúvidas sobre seu próprio futuro, contribuíram para a

explosão de ambivalências e ambigüidades, pondo à luz as promessas fracassadas dos mecanismos de promoção aos postos de responsabilidade.

“Os excluídos”, o terceiro grupo, representa aqueles sobre os quais é mais difícil falar. Trata-se de jovens que, por condição ou escolha, estão completamente excluídos dos trajetos institucionalizados de transição para a vida adulta. Suas modalidades de ingresso em percursos de risco têm características de maior destrutividade, como demonstram as notícias provenientes, em particular, das periferias dos grandes aglomerados metropolitanos. Nesse grupo, contudo, além das práticas mais destrutivas, há também segmentos que promovem modelos de risco – que, em muitas ocasiões, ainda que apenas no nível do desejo ou da utopia, surgem na vida de muitos que não pertencem a esses grupos sociais –, nos quais a competição não se transforma em agonismo. Uma cultura que assume a idéia de que nem tudo que é possível deve ser feito. Também essa tendência se inclui na cultura do risco, na medida em que nessas ações o agente aceita pagar pelas conseqüências, desde que persiga um valor. Aos “perigos de desordem social”, estabelecidos pelo conjunto dos indivíduos pertencentes a esse terceiro grupo social, pode-se responder com um chamamento à ordem ou, igualmente, enfrentando a questão de como lhes oferecer as oportunidades de reentrar no jogo.

É preciso, portanto, diferenciar a análise com base no estrato social de pertencimento, mas também levar em conta como as orientações culturais competem entre si e quais se tornam, com o tempo, dominantes, e como se relacionam com as outras subculturas. Não parece convincente a interpretação *difusionista*, segundo a qual, na Itália, está em curso uma importação da cultura de risco de matriz anglo-saxã. As interpretações difusionistas, do tipo “a América é nosso futuro, na Itália reproduzimos o que aconteceu lá com dez anos de atraso”, são excessivamente mecanicistas para serem críveis, pois perdem de vista as viscosidades, os conflitos, os sincretismos que se efetuem entre as diferentes orientações<sup>37</sup>. Embora certa dinâmica de difusão seja inegável, deve-se, contudo, discutir expressamente as formas pelas quais as correntes culturais que tendem à globalização se diversificam em diferentes contextos. Devem-se reconhecer, conjuntamente, as convergências e as divergências. Pode-se oferecer o exemplo de um tema estreitamente ligado à presente discussão: é bem verdade que os sistemas de *welfare* se difundiram em todo o mundo ocidental, mas uma coisa é falar do *Welfare Capitalism* de tipo liberal, como o norte-americano, e outra falar do modelo social-democrático escandinavo ou dos diferentes modelos conservadores

37. Sobre esse aspecto, ver La Mendola (1996), onde, como exemplo dessa conflituosidade, faz-se referência, entre outras, à figura de Nando Moriconi, levada às telas por Alberto Sordi em *Un americano a Roma*.

38. Ver a respeito Mingione (1997).

39. E, poderíamos acrescentar, não apenas no nível da cultura subalterna, tendo em vista a importância da iconografia na cultura religiosa oficial. Ver, a propósito, a deixa oferecida por Stone (1969).

40. Para uma leitura crítica e cuidadosa do fenômeno, ver Lodi (1998).

de tipo germânico ou italiano<sup>38</sup>. São modos distintos de interpretar a construção das redes de proteção e, portanto, culturas distintas de elaboração do risco. Isso significa, por exemplo, que o impacto da assim chamada cultura *New Age* é necessariamente diferente em ambientes cujos princípios de convivência social são imbuídos de puritanismo, se comparados àqueles como dos católicos, nos quais, ainda que na forma de uma cultura subalterna<sup>39</sup>, de religiosidade popular, se manteve um espaço significativo para a dimensão das emoções, do corpo e da duplicidade da pessoa.

#### *Observações não conclusivas*

Como o Mickey Mouse aprendiz de feiticeiro do filme *Fantasia* de Walt Disney, nossa cultura evocou poderes sobre os quais não consegue propor formas de regulamentação convincentes. Infelizmente, não existe nenhum mágico experiente, nenhum mestre que, mesmo lançando um “olhar severo”, possa vir em nosso auxílio e devolver-nos a confiança. É possível, contudo, empenhar-se na proliferação de contextos nos quais funcionem provas *fortes*, desafios significativos que produzam emoções relevantes para os protagonistas, de modo a associar sujeitos dispostos a obedecer a esses processos. Sujeitos sem delírio de onipotência e sem comportamentos preconceituosamente demonizantes ou justificatórios.

Solicitar e despertar os carismas para, em seguida, não oferecer oportunidades reais para demonstrá-los significa favorecer a emergência de percursos de tipo catastrófico. Na maioria dos casos, as expectativas encontrarão igualmente espaços de expressão em dinâmicas infrutíferas, estetizantes ou anestésicas para a descarga das emoções que produzem. Ou mesmo, na ausência de alternativas, serão expressadas por meio de rituais e de simbolismos de tradições facilmente veiculadas pela moda, como no caso das formas mais comerciais da *New Age*<sup>40</sup>.

As pesquisas Iard, com efeito, mostram um decréscimo das associações de caráter político e um aumento daquelas ligadas ao voluntariado (cf. Albano, 1997). Tal impulso demonstra a pouca disposição dos jovens – mas não apenas deles – de esperar longas cadeias de interdependências entre a própria ação e a ação dos demais agentes, até verem realizado um determinado objetivo. A desconfiança e a desilusão com relação aos mecanismos institucionalizados de persecução de objetivos, e portanto aos mecanismos institucionais de risco, estimulam a adoção de percursos dos quais “se conheçam os resultados no próprio contexto da experiência” (Goff-

man, 1971, p. 299), que é a característica fundamental do risco. Esses percursos ao menos permitem experimentar a emoção que deriva do ingresso naquele si-mesmo previsto pela situação e, além disso, por exemplo, ver imediatamente o sentido do próprio agir nos olhos e nas emoções da pessoa que é ajudada. As emoções experimentadas nessas ações têm o mesmo significado do sentir-se vivo por efeito das práticas arriscadas.

Nesse quadro, considerar o risco como equivalente ao jogo de azar implica um desserviço à cultura da responsabilidade e, ao mesmo tempo, pelo peso moralista que essa equivalência comporta, torna impossível a análise das motivações de quem se encontra em situações de imponderabilidade. A imponderabilidade não pode, certamente, ser vista como um sucedâneo, como um substituto desvalorizado da responsabilidade. Nos jogos de azar, os jogadores demonstram a si próprios que estão vivos, experimentam isso com o próprio corpo, pelo conjunto das percepções e das emoções por que passam. Essa é a sua necessidade: está em jogo uma real e verdadeira “celebração da autodeterminação”, trata-se de uma demanda de aquisição de poder, de uma questão de *empowerment*.

O deslizamento semântico do termo risco, passando a significar perigo, assinala o medo que nossa sociedade exprime com relação à demanda pragmática de aquisição de poder por parte dos protagonistas, ao ato de assumir responsabilidade que começa pela escolha de quais riscos enfrentar. Assinala, além disso, a tentativa recorrente de ocultar o fato de que o perigo é imanente. Um modo de pensar que, dito de outro modo, acredita ser capaz de anular os aspectos indesejáveis do viver, como se, com essa mudança, fosse pronunciada uma fórmula mágica. A gestão do risco é, antes de tudo, uma questão de ordem moral, e não diz respeito apenas à dimensão física das pessoas, mas, em primeiro lugar, à questão da reputação construída por meio de rituais de respeito e de boa conduta previstos pela sociedade. Discutir pragmaticamente os rituais de respeito e boa conduta significa pôr em crise esse mundo tal como existe. No nosso caso, trata-se de uma civilização que exprime a tentativa, em parte efetivamente bem-sucedida, de criar ilhas pacificadas de convivência social, tornando previsíveis os comportamentos alheios, subtraindo-os das oscilações aleatórias de quem está à mercê das próprias emoções e, em particular, da expressão da própria agressividade.

Os desvios hetero e autodestrutivos – que devem ser considerados conceitualmente distintos dos perigos estruturais dos trajetos de risco – devem ser entendidos como a consequência lógica da desconfiança produzida pelas ambivalências e pela irracionalidade, pelas promessas vãs dos

mecanismos sociais. O fato de que, na Itália, não seja válida a relação entre posse de um diploma, sucesso escolar e sucesso no mercado de trabalho – ou seja, que exista o fracasso da afirmação das credenciais –, configura-se, nesse sentido, como um impulso crucial para a determinação de dinâmicas de desconfiança. O impulso para arriscar-se *trabalha*, de qualquer modo, no interior das personalidades; permanece a necessidade de demonstrar o próprio valor a si mesmo e aos outros, ainda que com características de tipo narcisístico ou exibicionista. Esse impulso realiza-se de modo bastante integrado com o corpo, por meio de códigos que manifestam diretamente os vínculos sociais e exprimem pragmaticamente o fracasso das promessas buscando, mesmo sem um projeto, construir nas interações face a face vínculos sociais que possam perdurar ainda que apenas no *aqui e agora*. Desse ponto de vista, assumem grande importância os círculos sociais dos pares, que por vezes algum observador apressado chama de “bando”, esquecendo que todo sistema simbólico se funda e se reafirma em relações diretas, face a face, na microrritualidade da vida cotidiana: é nesse contexto que cada um constrói sua própria imagem e sua própria reputação; dinâmica ainda mais importante em uma sociedade constituída a partir do capital social e de relações, a partir do estilo. No entanto, ninguém chamaria de “bando” os amigos do grupo de tênis ou os participantes de um salão, embora a dinâmica não seja muito distinta. No máximo, pode ser verdade que, ao menos na realidade italiana, os círculos sociais de pertencimento ou de referência funcionassem no passado com maiores aberturas para o contato entre as gerações, enquanto hoje a segmentação em faixas etárias é mais demarcada.

Deve-se afirmar, contudo, que não é mais suficiente pensar em reviver – ou afirmar pela primeira vez – regras precisas para tentar ser um “país normal”. Trata-se de ultrapassar a separação entre racionalismo e emoções, e até mesmo aceitar o desafio – como sugeria Fachinelli (1989) – das experiências de êxtase, sem por isso renunciar a tudo que a racionalidade produziu em nossa cultura<sup>41</sup>. Nesse quadro, a era da divisão funcional dos papéis entre regras racionalistas masculinas e cuidado/acolhimento femininos já passou, bem como o modelo de civilização fundado no controle-limitação da dimensão corpórea: a separação entre o racionalismo do professor de fonética Higgins e o calor humano do coronel Pickering de *Pigmalião* não produz menos danos que a separação entre as boas e civis maneiras do doutor Jekyll e as selvagens emoções de mister Hyde. De certo modo, paradoxalmente, as realidades consideradas mais atrasadas, mais ancoradas nas tradições, menos

41. Sem cair, por outro lado, no erro de interpretar a aceitação desse desafio como uma contramodernização e um retorno ao “reencanto”, como fazem, por exemplo, Berger e Kellner (1991), claramente apavorados diante dessa perspectiva.

invadidas pelo racionalismo, encontram-se “adiante” – admitindo-se a possibilidade de empregar um modelo evolucionista – daquelas mais típicas da modernidade. O espaço que a multiplicidade dos eus próprios manteve nessas tradições culturais constitui, com efeito – não sem contradições e ambivalências –, um patrimônio simbólico do qual a população pode fazer uso ou ao qual pode voltar a encarar.

A modernidade áurea procurou administrar o desafio do próprio impulso ao risco, à afirmação de si para além dos limites – do que Robinson Crusóe, de Defoe, é emblemático –, apelando para a unidade e a coerência da pessoa, por um lado, e tentando definir instituições sociais de regulamentação das incertezas, por outro. A modernidade radical encontra-se diante de desafios análogos. Tem, antes de tudo, a necessidade de identificar palcos para a construção e a experimentação pragmáticas de dinâmicas de confiança. Deve, além disso, mostrar-se capaz de consentir no aumento do poder decisório dos sujeitos, inscrevendo o emprego de tais poderes em vínculos sociais que, além de demonstrarem ser efetivamente eficazes e não ambivalentes, consigam, ao mesmo tempo, levar em conta tanto a dimensão emocional como as necessidades de confiabilidade relacional das pessoas envolvidas.

Este trabalho é dedicado aos não-mestres que, por um efeito não previsto de sua incapacidade de assumir a responsabilidade de ser um ponto de referência e de acompanhar o enfrentamento das incertezas, pessoais e externas, de seus não-alunos, obrigam-nos a enfrentar sozinhos os riscos de seu trajeto de experimentação, acabando assim por facilitar o desenvolvimento neles de dinâmicas auto e heterodestrutivas que seria um sinal de sabedoria conseguir evitar.

### *Referências Bibliográficas*

- ALBANO, R. (1997), “L’associazionismo e la fiducia nelle istituzioni”. In: BUZZI, C., CAVALLI, A. & DE LILLO, A. *Giovani verso il Duemila, Quarto Rapporto Iard sulla condizione giovanile in Italia*. Bologna, Il Mulino.
- BERGER, P. & KELLNER, H. (1991), *L’interpretazione sociológica*. Roma, Officina.
- BERGER, P. & LUCKMANN, T. (1969), *La realtà come costruzione sociale*. Bologna, Il Mulino. [Trad. port. *A construção social da realidade*. Petrópolis, Vozes, 1974.]
- BIANCO, M. L. (1996), *Classi e reti sociali*. Bologna, Il Mulino.
- BOURDIEU, P. (1978), “La trasmissione dell’eredità culturale”. In: BARBAGLI, M. (ed.). *Istruzione, legittimazione, conflitto*. Bologna, Il Mulino.

- \_\_\_\_\_. (1998), *Sulla televisione*. Milano, Feltrinelli. [Trad. port. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1996.]
- BOURGUIGNON, E. (1983), *Antropologia psicológica*. Bari, Laterza.
- BRICOLO, R. (1996), "Com Adam nel cuore della tribù". In: BAGOZZI F. *Generazioni in ecstasy*. Torino, Gruppo Abele.
- BUZZI, C. (1994), *La salute del futuro*. Bologna, Il Mulino.
- \_\_\_\_\_. (1997a), "Rischio, reversibilità, sfiducia negli altri, disagio". In: BUZZI, C., CAVALLI, A. & DE LILLO, A. *Giovani verso il Duemila, Quarto Rapporto Iard sulla condizione giovanile in Itália*. Bologna, Il Mulino (pp. 87-101).
- \_\_\_\_\_. (1997b) "Percezione delle norme sociali e trasgressione". In: BUZZI, C., CAVALLI, A. & DE LILLO, A. *Giovani verso il Duemila, Quarto Rapporto Iard sulla condizione giovanile in Italia*. Bologna, Il Mulino (pp. 171-190).
- BUZZI, C., CAVALLI, A. & DE LILLO, A. (1997), *Giovani verso il Duemila, Quarto Rapporto Iard sulla condizione giovanile in Itália*. Bologna, Il Mulino.
- CAILLOIS, R. (1981), *I giochi e gli uomini*. Milano, Bompiani.
- CASOLI, M. (1996), "Dentro e fuori i confini dell'Università". Atti del convegno, Dipartimento di Sociologia di Padova.
- CASTELLI, C. & LA MENDOLA, S. (1996), "Il corpo si esprime: esperienze nelle attività motorie e in discoteca". In: BELOTTI, V. (ed.). *Una lunghissima gioventù*. Torino, Gruppo Abele.
- COBALTI, A. & SCHIZZEROTTO, A. (1994), *La mobilità sociale in Itália*. Bologna, Il Mulino.
- DAYAN, D. & KATZ, E. (1993), *Le grandi cerimonie dei media*. Bologna, Baskerville.
- DE MARTINO, E. (1996), *Sud e magia*. Milano, Feltrinelli.
- DOUGLAS, M. (1979). *I simboli naturali*. Torino, Einaudi.
- \_\_\_\_\_. (1993), *Purezza e pericolo*. Bologna, Il Mulino. [Trad. port. *Purezza e perigo*. São Paulo, Perspectiva, 1976.]
- ELIAS, N. & DUNNING, E. (1986), *Quest for excitement: sport and leisure in the civilising process*. Oxford, Blackwell.
- FABBRINI, A. & MELUCCI, A. (1992), *L'età dell'oro*. Milano, Feltrinelli.
- FACHINELLI, E. (1989), *La mente estatica*. Milano, Adelphi.
- GALIMBERTI, U. (1993), *Il corpo*. Milano, Feltrinelli.
- GARIMBERTI, P. (1998), "Un genovese in Europa". *Il Venerdì di Repubblica*, 563.
- GEERTZ, C. (1988), *Antropologia interpretativa*. Bologna, Il Mulino.
- GHDIN, E. (1998), "Scontro frontale, morti due giovani". *Il Mattino di Padova*, 24 ottobre.
- GIDDENS, A. (1990), *The consequences of modernity*. Stanford, Stanford University Press.
- GILLI, G. A. (1988), *Origini dell'uguaglianza*. Torino, Einaudi.

- \_\_\_\_\_. (1994), *L'individuazione: teste date per molti*. Torino, Scriptorium.
- GOFFMAN, E. (1967), *Interaction ritual: essays on face-to-face behavior*. New York, Pantheon Books.
- \_\_\_\_\_. (1971), "Where the action is". In: *Modelli di interazione*. Bologna, Il Mulino (pp. 167-307).
- GOULDNER, A. (1970), *The coming crisis of western sociology*. New York, Basic Books.
- HAYEK, E. A. Von. (1976), *Legge, legislazione e libertà*. Milano, Il Saggiatore.
- JEDLOWSKI, P. (1994), *Il sapere dell'esperienza*. Milano, Il Saggiatore.
- LA MENDOLA, S. (1995), *Con gli occhi di Caronte: le imprese e i neo-laureati*. Bologna, Clueb.
- \_\_\_\_\_. (1996), "Non più macaroni? L'alimentazione dei giovani". *Quaderno Iard*, 3.
- \_\_\_\_\_. (1997), "Adolescenti ed esperienza del limite: i comportamenti 'a rischio'". In: Centro Centro Nazionale per la Tutela dell'Infanzia. *Un volto o una maschera? I percorsi di costruzione dell'identità*. Roma, Presidenza del Consiglio dei Ministri (pp. 183-192).
- LAPASSADE, Georges. (1976). *Essai sur la transe*. Paris, Editions Universitaires.
- \_\_\_\_\_. (1993), *Stati modificati e transe*. Roma, Sensibili alle foglie.
- LASCH, C. (1981), *La cultura del narcisismo*. Milano, Bompiani. [Trad. port. *A cultura do narcisismo*. Rio de Janeiro, Imago, 1983.]
- LODI, G. (1998), *Il tempo dello yoga*. Milano, Franco Angeli.
- LUHMANN, N. (1996), *Saggio sul rischio*. Bari, Laterza.
- MANACORDA, E. (1998), "Chiamatemi signor pillolo". *L'Espresso*, 26 novembre.
- MARGNELLI, M. (1996), *L'estasi*. Roma, Sensibili alle foglie.
- MARKUS, H. & NURIUS, P. (1986), "Possible selves". *American Psychology*, 35.
- MINGIONE, E. (1997), *Sociologia della vita economica*. Roma, Nis.
- ROSENTHAL, R. & JACOBSON, L. (1997), "Pigmalione in classe". In: BARBAGLI, M. (ed.). *Istruzione, legittimazione, conflitto*. Bologna, Il Mulino.
- SANTORO, M. & PISATI, M. (1996), *Dopo la laurea*. Bologna, Il Mulino.
- SAPORI, A. (1998), "Col respiro del pubblico su di me". *La Repubblica*, 14 dicembre.
- SARCHIELLI, G. & DALLAGO, P. (1996), "La seduzione del gioco d'azzardo: dinamiche personali e socio-economiche". In: MINARDI, E. & LUSETTI, M. *Luoghi e professioni del loisir*. Milano, Franco Angeli.
- SELMAN, R. L. (1980), *The Growth of Interpersonal Understanding: development and clinical analysis*. New York, Academic Press.
- STELLA, R. (1994), *Il corpo occidentale: ascesi e razionalità in Max Weber*. Padova, Imprimerie.
- \_\_\_\_\_. (1996), *Prendere corpo*. Milano, Franco Angeli.
- \_\_\_\_\_. (1999), *Box populi*. Roma, Donzelli.

- STONE, L. (1969), "Literacy and education in England". *Past and Present*, 42: 69-98.
- \_\_\_\_\_. (1978), "Sette fattori cruciali per lo sviluppo dell'istruzione". In: BARBAGLI, M. (ed.), *Istruzione, legittimazione, conflitto*. Bologna, Il Mulino, pp. 179-209.
- TART, C. (1977), *Stati di coscienza*. Roma, Astrolábio.
- TERRAGNI, L. (1997), *Su un corpo di donna*. Milano, Franco Angeli.
- ZOLLA, E. (1998), *Il dio dell'ebbrezza*. Torino, Einaudi.

### **Resumo**

#### *O sentido do risco*

O risco é um tema central da cultura da modernidade. A cultura dominante na modernidade tem a pretensão de afirmar como universal a idéia de que o perigo deve ser enfrentado segundo os princípios do racionalismo individualista e utilitarista, que devem guiar o agente que assume a responsabilidade pelo risco. O risco adquire forma e relevância particulares para a fase juvenil na medida em que representa um processo de construção, experimentação e afirmação da própria identidade. Um processo cada vez mais fragmentado e ambíguo que, atualmente, realiza-se por meio de um alongamento da transição à vida adulta no âmbito de uma dinâmica geral de desinstitucionalização do curso da vida. Está em jogo aqui outro impulso típico da modernidade: o da reflexividade que, como sugere Giddens, é o desafio crucial da fase radical da modernidade. Podemos reconhecer nas ações dos jovens, em particular precisamente naquelas de tipo arriscado, a realização do imperativo de duvidar: por meio de seu agir, cancelam a suspensão da dúvida e realizam uma forma pragmática de reflexividade. A modernidade radical encontra-se diante de desafios. Tem, antes de tudo, a necessidade de identificar palcos para a construção e a experimentação pragmática de dinâmicas de confiança. Deve, além disso, mostrar-se capaz de consentir no aumento do poder decisório dos sujeitos, inscrevendo o emprego de tais poderes em vínculos sociais que, além de demonstrarem-se efetivamente eficazes e não ambivalentes, consigam, ao mesmo tempo, levar em conta tanto a dimensão emocional como as necessidades de confiabilidade relacional das pessoas envolvidas.

Palavras-chave: Modernidade; Sociologia da juventude; Risco; Reflexividade.

### **Abstract**

#### *The meaning of risk*

The risk is a central theme of the culture in modernity. The dominant culture in modernity has the pretension of affirming as universal the idea that dangers should be faced according to the principles of individualistic rationalism and utilitarianism that should guide the agent that takes the responsibility for the risk. The risk assumes form and relevance for the juvenile phase in the measure as it represents a construction

process, an experimentation and statement of one's own identity. A process more and more fragmented and ambiguous that takes place through a prolongation of the transition to the adult life in the extent of a general dynamics of de-institutionalisation of life. What is at play here is another typical demand of modernity: the one for reflexivity, as suggested by Giddens, it is the crucial challenge of the radical phase of modernity. We can recognize in the youths' actions, and precisely in those of a risky kind, the accomplishment of the imperative of doubting: through their acts, they suspend the suspension of the doubt, they accomplish a pragmatic form of reflexivity. The radical modernity produces a challenge. It has to be able to identify the proper stages for the construction and pragmatic experimentation of dynamics of confidence. It has to afford the empowerment of the agents, inscribing the use of such powers in social bonds that, besides being demonstrably effective and no ambivalent, do take into account as much the emotional dimension as the needs of the involved confidence in people's reliability.

Keywords: Modernity; Sociology of youths; Risk; Reflexivity.

Texto recebido e aprovado em 26/9/2005.

Salvatore La Mendola é professor associado de Sociologia da Comunicação na Faculdade de Ciência Política da Universidade de Pádua. E-mail: salvatore.lamendola@unipd.it